

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E IFBAS: DIAGNÓSTICO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO DOS INSTITUTOS LOCALIZADOS NO SUDOESTE, LITORAL SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA, BRASIL.

ARCHITECTURAL ACCESSIBILITY AND IFBAS: THE BUILT SPACE'S DIAGNOSTIC OF THE INSTITUTES LOCATED AT SOUTHWEST, SOUTH COAST AND SOUTH EXTREME OF BAHIA STATE, BRAZIL.

RESUMO

O presente artigo aborda a relação entre Arquitetura, acessibilidade e o espaço construído e pós-ocupado dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Foram escolhidos três IFBAs localizados em três diferentes regiões do Estado da Bahia: IFBA Ilhéus (localizado no Litoral Sul); IFBA Eunápolis (localizado no extremo sul) e IFBA Vitória da Conquista (localizado no sudoeste do Estado). Os dados foram coletados através de um roteiro de observação direcionado que foi elaborado por Costa e Silva Junior (2014). Para análise dos dados considerou-se o “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas” desenvolvido pelo Ministério da Educação (DISCHINGER et. al, 2009) e a NBR 9050/2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos). Tais instrumentos são formalidades legais do Dispositivo (FOUCAULT, 2012) que permitem materializações/ Institucionalizações de Políticas Públicas que podem ou não promover a inclusão. Os resultados mostraram que os três IFBAs possuem pouquíssimos elementos de acessibilidade, sinalizando para uma urgente necessidade de adequação da estrutura arquitetônica dos ambientes de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Arquitetura escolar. Acessibilidade arquitetônica. IFBAs.

ABSTRACT

This article deals with the relationship among architecture, accessibility and the built space of the Federal Institutes of Education, Science and Technology of Bahia (IFBA), Brazil. Three IFBAs located at three different regions of Bahia State were chosen: IFBA Ilhéus (located at the South Coast region); IFBA Eunápolis (located at the South extreme region) and IFBA Vitória da Conquista (located at the Southwest region). Data were collected through a directed observation script that was made by Costa e Silva Junior (2014). Data analysis considered the "Handbook of Spatial Accessibility to Schools" developed by the Ministry of Education (DISCHINGER et al., 2009) and the NBR 9050/2004 (the Accessibility buildings, furniture, equipment and urban spaces). Such instruments are Device legal formalities (Foucault, 2012) that allow materialization / institutionalization of public policies that may or may not promote inclusion. The results showed that the three IFBAs have few elements of accessibility, signaling an urgent need to adapt the teaching and learning environments and the architectural structure.

Key-words: School architecture. Architectural accessibility. IFBAs.

Introdução

Este artigo aborda a relação entre Arquitetura, acessibilidade e o espaço construído e pós-ocupado dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Resulta da pesquisa intitulada: “Acessibilidade arquitetônica e Políticas Públicas de inclusão voltadas aos portadores de deficiência: diagnóstico do espaço construído dos Institutos Federais da Bahia” financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Foram analisados os IFBAs localizados nas cidades de Ilheus, Eunápolis e Vitória da Conquista, situados respectivamente nos seguintes Territórios de Identidade¹ do Estado da Bahia: Litoral Sul; Costa do Descobrimento (extremo sul do Estado) e Vitória da Conquista (Sudoeste do Estado). A pesquisa foi realizada no período de fevereiro de 2014 a julho de 2014. Os dados foram coletados através de um roteiro de observação elaborado por Costa e Silva Junior (2014).

A análise considerou as especificações do “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas” desenvolvido pelo Ministério da Educação (DISCHINGER et. al, 2009) e a NBR 9050/2004 “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.

O texto foi desenvolvido em três partes: a primeira apresenta os principais conceitos que nortearam a pesquisa e o contexto atual da acessibilidade aos portadores de deficiência no espaço escolar. A segunda trata dos procedimentos metodológicos para realização da coleta e análise dos dados. E a terceira apresenta o diagnóstico do espaço construído dos referidos IFBAs quanto à acessibilidade arquitetônica.

Conceitos norteadores e o contexto atual da acessibilidade aos portadores de deficiência no espaço escolar

O que é “acessibilidade”?

De acordo com Dischinger et. al. (2012; 2009) acessibilidade não significa apenas ter acesso a um local desejado, mas também que este local permita que a pessoa consiga se situar em relação aos ambientes e as atividades que nele ocorrem sem precisar solicitar qualquer tipo de orientação.

Deve ser possível para a pessoa deslocar-se ou movimentar-se com facilidade e sem impedimentos. Além disso, um lugar acessível deve permitir, através da maneira como está construído e das características de seu mobiliário, que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços e equipamentos com igualdade e independência na medida de suas possibilidades (DISCHINGER et. al; 2009, p. 22-23).

Segundo Calado (2006, p. 30):

¹ O termo refere-se a uma regionalização implantada pelo Governo do Estado da Bahia para definição de Políticas Públicas, a partir da perspectiva do desenvolvimento regional. (BLATT, 2010).

(...) a acessibilidade do meio é condição essencial para o indivíduo realizar qualquer tarefa dentro de suas capacidades, ou seja, movimente-se, locomova-se e atinja uma meta planejada, utilizando ou não aparelhos específicos, e sem depender de outras pessoas. Ou ainda, pode ser encarada como planejamento do ambiente, a fim de que o indivíduo possa utilizá-lo plenamente, realizando as atividades a que se propõe e participando ao máximo das facilidades que o local possa oportunizar.

Para Brumer, et. al. (2004, p. 319) “acessibilidade” é a:

(...) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia especificamente dos espaços, mobiliários (objetos existentes nas vias e espaços públicos, tais como semáforos, postes de sinalização, cabines telefônicas, lixeiras) e equipamentos urbanos (componente das obras de urbanização, como pavimentação), das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação.

A “acessibilidade” é o direito que todos têm de estar ou transitar por determinado espaço com total autonomia e segurança! Entretanto, essa não é a realidade quando se trata da acessibilidade ao portador de deficiência. Considerando o termo “portador de deficiência”, Feijó (2009, p. 2), explica que:

A concepção do termo e o seu conceito tiveram suas origens na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975), a qual estabeleceu que “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais” seria uma “pessoa deficiente”.

Segundo Dischinger et al. (2012) a deficiência pode ser física motora, sensorial (visual, auditiva), cognitiva e múltipla. Considerando o exposto, observa-se que tanto o espaço público quanto o privado não vem atendendo às condições arquitetônicas mínimas que assegurem autonomia e segurança ao portador de deficiência, seja ela qual for.

Vizioli e Peres (2009, p. 187), afirmam que o espaço seja ele público ou privado (incluindo o contexto urbano) “pode unir ou segregar, e para que ele cumpra sua função social, é necessário que propicie tanto a integração social de vários grupos ou comunidades, como também, a acessibilidade a todos”. Dessa forma, a inacessibilidade dificulta a integração social do portador de deficiência.

Quando se trata da acessibilidade para portadores de deficiência ao espaço escolar, pesquisas recentes, em diferentes Estados do Brasil, demonstram que a inacessibilidade parece ser uma constante.

Costa e Silva Junior (2014), ao analisar a acessibilidade arquitetônica em três escolas de ensino médio da rede pública de ensino da Bahia, localizadas nas cidades de Ilhéus, Itabuna e Canavieiras, constataram que existe uma materialização de Políticas Públicas de inclusão voltadas

aos portadores de deficiência através da adequação do espaço edificado escolar. Entretanto, essa adequação acontece somente através da inserção de elementos arquitetônicos que possuem maior visibilidade, tais como: rampas de acesso e banheiros para deficientes físico-motores. Portadores de deficiência sensorial (visual, auditiva), cognitiva e múltipla não possuem qualquer possibilidade de inclusão.

Paulino et. al. (2008) ao analisar nove escolas de uma cidade do interior do Estado de São Paulo constataram que nenhuma delas apresentava sequer bebedouro adaptado. Os pesquisadores verificaram que as escolas estavam tentando atender as recomendações presentes na Legislação, mas uma série de intervenções arquitetônicas seria necessária para que as escolas se tornassem efetivamente acessíveis aos portadores de deficiência.

Calado (2006) ao analisar a acessibilidade arquitetônica de duas escolas municipais da cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, verificou que o quadro de inadequação das escolas se deve ao despreparo da comunidade escolar no sentido de colaborar, acompanhar e cobrar qualidade nas adequações. A autora também constatou que:

É baixa a quantidade de portadores de deficiência (PDs) matriculadas em escolas (...) o espaço urbano e os transportes não proporcionam o acesso de PDs à escola, com segurança e autonomia (...) ausência de professores e funcionários PDs nas escolas (...) os funcionários das instituições desconhecem o que seja acessibilidade (...) a aplicação das normas técnicas regulamentadoras da acessibilidade, não garante a inclusão dos PDs (...) é necessária capacitação dos professores (...) parques adequados, banheiros especiais, carteiras e cadeiras adaptadas e similares são medidas que concorrem para inclusão das PDs (...) as barreiras edificadas no espaço escolar desestimulam o aluno deficiente a explorar os seus diversos ambientes restringindo-se a frequentar sua sala de aula e áreas adjacentes (CALADO, 2006, p. 154).

Tagliari et. al (2006) ao analisar escolas da rede pública de ensino da cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, constatou que estas não possuem adequações ou propostas de projetos que eliminem as barreiras arquitetônicas². Além disso, os pesquisadores constataram que os professores são despreparados para trabalhar e orientar alunos portadores de deficiência.

Duarte e Cohen (2006) analisaram a acessibilidade arquitetônica do Colégio de Aplicação da UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro. Os pesquisadores verificaram que o colégio não possuía nenhum percurso totalmente acessível e que o colégio apresentava:

(...) sanitários mal-adaptados, acessos estreitos; vagas especiais inexistentes ou com acessos irregulares; pavimentação desnivelada, balcões altos; falta de piso-guia e/ou pisos de alerta para cegos; acessos a bibliotecas com existência de roletas, elevadores sem informações em braille ou sem sonorizadores avisando os andares de parada. (...) Outro obstáculo encontrado é o acesso ao segundo andar. A

² “Elementos físicos, naturais ou construídos, que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente” (DISCHINGER et al., 2012, p.14).

rampa, que liga o pavimento inferior ao superior, não tem sinalização adequada, e começa com um degrau de cerca de dez centímetros de altura, o que inviabiliza completamente a rota acessível, retirando a autonomia de um cadeirante. (...) Os banheiros não estão de acordo com as normas de acessibilidade: pias altas demais, espelhos sem inclinação, e não há nenhuma cabine adaptada. (DUARTE e COHEN, 2006, p. 9).

Estas pesquisas exemplificam a precariedade da acessibilidade arquitetônica aos portadores de deficiência no espaço escolar brasileiro ao longo de aproximadamente 8 anos. Um paradoxo ao considerar que a Legislação Brasileira ampara o portador de deficiência desde 1988 através da Constituição e de uma série de Leis, tais como:

Lei 7.853, de 24 de Outubro de 1988 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social e foi regulamentada pelo Decreto 3.298/1999, que estabeleceu a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e suas normas gerais nas áreas de educação, saúde, esporte, assistência social, lazer, trabalho e recursos humanos. Lei 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (especificada pela NBR 9050/2004) e Lei 10.048/2000 que prioriza o atendimento às pessoas com deficiência física pelas empresas públicas de transporte e concessionárias de transporte coletivo.

Procedimentos metodológicos

A coleta e análise dos dados envolveram as seguintes etapas:

1ª etapa: aplicação do roteiro de observação direcionado que foi elaborado por Costa e Silva Junior (2014). Para a presente pesquisa foi realizada uma adaptação do referido roteiro. Dessa forma, analisaram-se os seguintes ambientes em função dos seguintes parâmetros em cada IFBA (Quadro 1):

Quadro 1: ambientes observados e parâmetros considerados

Ambiente observado	Parâmetros considerados
1 Acesso à escola	<ul style="list-style-type: none"> • facilidade quanto à visualização da escola; • presença de faixa de pedestres para travessia com calçada rebaixada; • presença de semáforo para automóveis e para pedestres com sinal sonoro • existência de calçada em frente à escola com pavimentação regular, sem buracos e sem obstáculos; • presença de ponto de ônibus em frente à escola e se o acesso permite o trânsito livre de um cadeirante ou de um portador de deficiência visual; • existência de estacionamento em frente à escola com vagas destinadas aos portadores de deficiência e próximas ao portão de entrada; • existência de rampa de acesso entre a vaga e a calçada.
2 Corredores	<ul style="list-style-type: none"> • se possuem largura adequada à quantidade de pessoas que os utilizam; • presença de contraste de cor entre piso, parede e portas, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; • o piso é antiderrapante, regular e se encontra em boas condições; • existem rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros; • se os corredores forem muito amplos, existe piso tátil direcional em cor e textura contrastantes com o piso da circulação para guiar as pessoas com deficiência visual;

	<ul style="list-style-type: none"> • existência de placas indicativas que orientam as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes; • identificação dos ambientes através da presença de placas junto às portas em letras grandes e em cor contrastante com o fundo, e de placas com letra em relevo ou em Braille, na altura entre 90 e 110 centímetros, para pessoas com deficiência visual; • largura dos vãos das portas com 90 centímetros; • existência de maçanetas, em forma de alavanca, nas portas entre 90 e 110 centímetros de altura em relação ao piso; • existência de bebedouros com altura livre inferior de, no mínimo, 73 centímetros do piso para a aproximação de uma cadeira de rodas;
3 Rampas	<ul style="list-style-type: none"> • existência de rampas na escola e se a largura mínima equivale a 1 metro e 20 centímetros; • presença de piso antiderrapante, firme, regular e estável; • existência de patamar sempre que houver mudança de direção na rampa e com mesma largura que a rampa; • patamar livre de obstáculos, como vasos, móveis, abertura de portas, que ocupem sua superfície útil; • a rampa tem tamanho, inclinação e formato de acordo com a seção 6.5, da NBR9050/04; • existência, no início e no final da rampa, de piso tátil de alerta em cor contrastante com a do piso da circulação, que alerte as pessoas com deficiência visual sobre a existência da rampa.
4 Salas (de aula, informática, arte, vídeo, e laboratórios diversos)	<ul style="list-style-type: none"> • Existência nas salas de aula, informática, artes, vídeo e laboratório de contraste de cor entre piso, parede e móveis, que facilite a orientação de pessoas com baixa visão; • caso existam estantes nestes ambientes, suas prateleiras podem ser alcançadas por pessoas em cadeira de rodas; • o corredor entre as fileiras de carteiras é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeira de rodas; • o quadro-negro possui altura que permita alcance por pessoas em cadeira de rodas; • ao longo do dia, o quadro-negro está sempre livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização; • o espaço em frente ao quadro-negro é largo o suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas; • existe computador com tecnologia assistiva, como Dos Vox, etc., para pessoas com deficiência visual; • há, pelo menos, uma pia sem obstáculos, como coluna e armário, com vão livre de 73 centímetros – do pé ao tampo – que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas; • as torneiras da pia são de fácil alcance e manuseio por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos.
5 Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • existência de contraste de cor entre piso, parede e móveis, que facilite a orientação de pessoas com baixa visão; • é possível a pessoa, em cadeira de rodas, circular e manobrar pelo ambiente até os diferentes locais de atividades, como mesas de trabalho e de computador, estantes, balcão de empréstimo; • as mesas de estudo ou de computador estão livres de qualquer obstáculo, como pés e gaveteiros, que impeçam a aproximação de pessoas em cadeira de rodas; • a largura do corredor, entre as estantes, permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas; • os livros, nas prateleiras, podem ser alcançados por pessoas em cadeira de rodas; • o balcão de empréstimo permite que uma pessoa em cadeira de rodas o utilize, ou seja, o balcão é mais baixo e com recuo para as pernas; • existe computador com programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual.
6 Auditório	<ul style="list-style-type: none"> • existência de contraste de cor entre piso, parede e móveis, que facilite a orientação de pessoas com baixa visão; • as portas de acesso ao ambiente têm uma largura proporcional à quantidade de usuários que o auditório comporta e se abrem no sentido da saída; • Existência, de um espaço reservado, para pessoa em cadeira de rodas, com tamanho mínimo de 80 x 120 cm; • existência, de pelo menos, um assento, mais largo e resistente que os demais, destinado a obesos; • é possível que uma pessoa, em cadeira de rodas, acesse o palco através de rampa; • existência, no palco, de local – com boa visibilidade e iluminação – destinado à/ao intérprete de Libras.
7 Sanitários	<ul style="list-style-type: none"> • existência, pelo menos, de um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário e lavatório acessíveis às pessoas com deficiências na escola; • as portas dos sanitários possuem vão de abertura de, no mínimo, 80 centímetros; • no ambiente dos sanitários, há contraste entre piso, parede e equipamentos, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; • o piso dos sanitários é antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção; • é possível para uma pessoa, em cadeira de rodas, circular pelo sanitário, manobrar sua

	<p>cadeira, acessar o boxe e o lavatório;</p> <ul style="list-style-type: none"> • a altura entre o lavatório e o piso é de, no mínimo, 73 centímetros, e permite a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas; • as torneiras desse lavatório são facilmente alcançadas e manuseadas por uma pessoa em cadeiras de rodas e/ ou com mobilidade reduzida nas mãos; • os acessórios do lavatório, como toalheiro, cesto de lixo, espelho, saboneteira, estão instalados a uma altura e distância acessíveis a uma pessoa em cadeira de rodas; • há espaço suficiente que permita transferir a pessoa em cadeira de rodas para o vaso sanitário; • a localização e as dimensões das barras de apoio junto ao vaso sanitário obedecem à seção 7.3.1.2, da NBR 9050/04; • além da barra horizontal, a porta possui maçaneta do tipo alavanca, a uma altura entre 90 e 110 centímetros, para pessoas com mobilidade reduzida nas mãos.
<p>8 Quadra de esportes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • existência de rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; • existência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos, sanitários e vestiários; • existência de contrastes nas cores da pintura do piso da quadra e demais elementos, como traves, redes e cestas; • existência de, pelo menos, um espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada, com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas; • no caso de práticas de esportes por pessoas que utilizam cadeira de rodas do tipo “cambada”, os vãos livres das portas existentes na rota acessível, nos sanitários e vestiários, são de, no mínimo, um metro.

Fonte: Costa e Silva Junior (2014).

2ª etapa: para análise das informações considerou-se as especificações da NBR 9050/2004 - “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” e o “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas” desenvolvido pelo Ministério da Educação (DISCHINGER et. al, 2009).

Diagnóstico do espaço construído dos IFBAs analisados quanto à acessibilidade arquitetônica.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia analisados localizam-se no Estado da Bahia nas cidades de Ilhéus, Eunápolis e Vitória da Conquista (Figura 1).

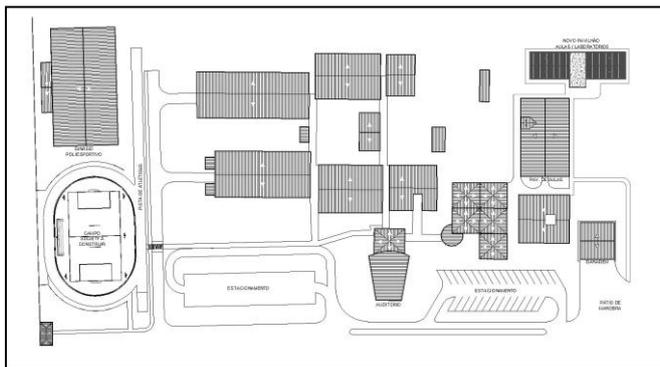
Figura 1: Localização das cidades de Ilhéus, Eunápolis e Vitória da Conquista em relação ao Estado da Bahia.



Fonte: http://dmaps.com/carte.php?num_car=16002&lang=es

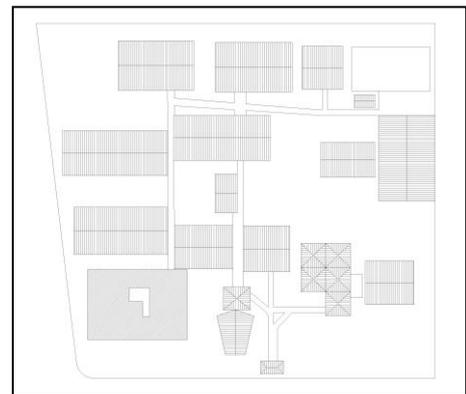
O IFBA Eunápolis e o IFBA Vitória da Conquista foram inaugurados em 1994. O partido arquitetônico de ambos é similar e caracteriza-se pela predominância de edificações modulares retangulares conectadas por passarelas cobertas e ao ar livre que se distribuem de maneira ordenada pelo terreno (Figuras 2 e 3).

Figura 2: Planta de implantação do IFBA Eunápolis.



Fonte: Costa e Bongestab (2014).

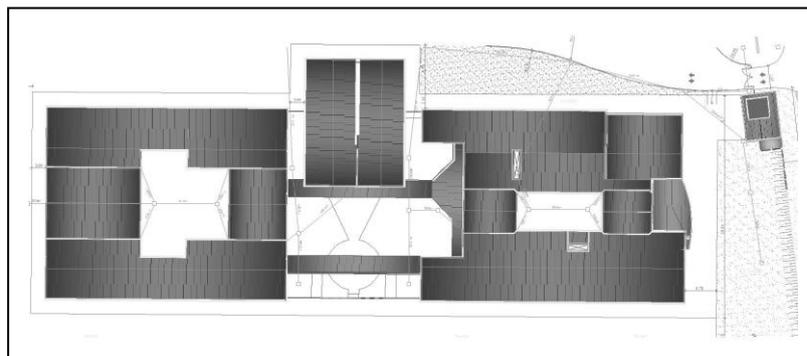
Figura 3: Planta de Implantação esquemática do IFBA Vitória da Conquista.



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Já o IFBA Ilhéus faz parte do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e iniciou suas atividades em 2011; o partido arquitetônico apresenta-se em um módulo único com jardins internos (ao ar livre), que tomam o aspecto de “praças” (Figura 4).

Figura 4: Planta de implantação do IFBA Ilhéus.



Fonte: Costa e Bongestab (2014).

Os três Institutos dispõem de estrutura edificada de salas de aula, laboratórios diversos, biblioteca; auditório; ambientes para práticas de esportes e outras dependências. O quadro 2 sintetiza os ambientes de ensino em cada IFBA analisado (além do acesso a cada Instituto, corredores, rampas e sanitários) durante a aplicação do Roteiro de Observação direcionado.

Quadro 2: Os Institutos analisados e seus ambientes de ensino

	IFBA Eunápolis	IFBA Vitória da Conquista	IFBA Ilhéus
Ambientes	<ul style="list-style-type: none"> • Laboratório de Geoprocessamento; • Laboratório de Bioquímica; • Laboratório de Matemática; • Laboratório de Modelos Matemáticos; • Laboratório de Desenho; • 02 Laboratórios de Desenho Arquitetônico; • Laboratório de Física; • Laboratório de Química; • Laboratório de Biologia; • Laboratório de Enfermagem; • Laboratório de Redes de Computador; • 04 Laboratórios de Informática; • Laboratório de Edificações (laboratório de mecânica dos solos; laboratório de materiais de construção e laboratório de instalações elétricas); • Sala de Línguas; • Sala de Audiovisual; • Sala de Ginástica; • 01 Auditório e 01 Biblioteca com acesso à internet. 	<ul style="list-style-type: none"> • Laboratórios de Programação; Laboratório de Redes de Computadores; • Laboratório de Simulação Computacional; • Laboratório de CVT; • Laboratório de Desenho; • Laboratório de Hidráulica; • Laboratório de Solos e Microbiologia; • Laboratório de Água e Esgoto; • Laboratório de Automação Industrial e Sist. Eletropneumático; • Laboratório de Música; • Laboratório de Metrologia; • Laboratório de Máquinas Térmicas; • Laboratórios de Eletrônica Geral; • Laboratório de Soldagem; • Laboratório de Manutenção; • Laboratório de Produção Mecânica; • Laboratório de Instalações Elétricas; • Laboratório de Acionamentos e Máquinas Elétricas; • Laboratório de Biologia; • Laboratório de Química; • Laboratório de Física; • Laboratório de Eletroeletrônica; • Salas de aula; • Sala de Línguas; • Sala de Audiovisual; Sala de Ginástica; • 01 Auditório e 01 Biblioteca com acesso à internet. 	<ul style="list-style-type: none"> • Salas de aula; • 04 Laboratórios (para atividades diversas); • 02 Laboratórios de Informática; • Laboratório de Química; • Laboratório de Física; • Laboratório de Biologia; • Laboratório de Matemática; • Sala de Vídeo Conferência; • 01 Biblioteca e 01 Auditório.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

O roteiro de observação demonstrou que quanto ao **acesso à escola**, os três Institutos não atendem às especificações do “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas” (DISCHINGER et. al, 2009).

O IFBA Eunápolis localiza-se às margens da BR 101. Não há faixa de acesso para pedestres e recentemente foi instalado um radar para controle da velocidade dos veículos. Não há qualquer placa de sinalização de trânsito e não existe ponto de ônibus. Dentro da escola existe um estacionamento para carros, mas não há vagas destinadas ao portador de deficiência. O IFBA Vitória da Conquista localiza-se em uma rua desprovida de qualquer tipo de sinalização de trânsito. Há uma calçada de acesso com largura de 2m, mas o ponto de ônibus não está acessível ao portador de deficiência. Dentro da escola existe estacionamento para carros com uma vaga reservada para o portador de deficiência, entretanto, nos arredores não há passeios ou rampas adaptadas ao portador de mobilidade reduzida e sensorial. Algo similar pode ser observado no IFBA Ilhéus. Este se localiza as margens da Rodovia Jorge Amado. O acesso é complicado e para reduzir a velocidade dos veículos foram construídos dois quebra-molas. Existe um ponto de ônibus na frente do Instituto,

construído precariamente com pedaços de madeira e cobertura de piaçava. Não há acesso da portaria do IFBA até o ponto de ônibus para portadores de deficiência.

É pertinente informar que o **acesso à escola** (condições da pavimentação; sinalização; segurança), assim como o **ponto de ônibus** e a acessibilidade ao mesmo, são de responsabilidade do Poder Público municipal.

Quanto aos **corredores**, estes se apresentam com largura superior a 2m nos três Institutos, o piso é regular e encontra-se em boas condições, porém não é antiderrapante. No IFBA Vitória da Conquista e no IFBA Eunápolis foi verificada a existência de elementos que atrapalham a passagem das pessoas. Não há presença de contraste de cor entre o piso e as paredes (apenas em relação às portas).

Os três institutos possuem placas de identificação dos ambientes fixadas em paredes ou portas; porém, tanto no IFBA Eunápolis quanto no IFBA Vitória da Conquista essas placas são monocromáticas não permitindo a leitura por parte dos portadores de baixa visão. Em nenhum dos três Institutos há placas de identificação dos ambientes em braile. Quanto ao dimensionamento das portas dos ambientes, estas estão de acordo com as especificações da NBR9050/2004; a largura do vão varia de 85 a 90cm (para portas com 1 folha) e 120cm (para portas com 2 folhas), permitindo a passagem do cadeirante com comodidade.

Quanto às **rampas de acesso**, no IFBA Vitória da Conquista existem rampas íngremes, com inclinação acima da porcentagem máxima recomendada pela NBR9050/2004 (que equivale a 8,33%), o que não permite o deslocamento autônomo do cadeirante. Em alguns pontos as rampas possuem dimensionamento inferior a 90cm impedindo a passagem do mesmo. No IFBA Eunápolis, não há rampas, mas sim trechos em que o piso é inclinado (dentro dos 8,33% de inclinação máxima recomendada). No IFBA Ilhéus, não há desníveis dentro do campus.

Os **ambientes de ensino** (salas de aula, laboratórios de informática, salas de arte, salas de videoconferência e laboratórios diversos) apresentam as seguintes características nos três Institutos:

- Não há contraste de cor entre piso e paredes, apenas entre piso, paredes e portas não contribuindo para facilitar a orientação de pessoas com baixa visão;
- Não há piso tátil direcional para guiar os deficientes visuais aos ambientes e não há piso tátil de alerta indicando a entrada dos ambientes;
- As carteiras das salas de aulas não se adaptam em termos de largura, altura e formato aos diferentes tamanhos dos alunos; permitem aproximação de alunos em cadeira de rodas, mas não permitem que estes utilizem o referido mobiliário;
- Quando as carteiras estão organizadas em fileiras, o espaço existente entre uma e outra fileira não permite a passagem de um aluno em cadeira de rodas;

- O quadro está fixado na parede de forma a permitir que o cadeirante alcance apenas a parte inferior do mesmo;
- Em pouquíssimas salas o quadro está livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte sua visualização;
- Os Laboratórios atendem alunos de diferentes estaturas, mas as mesas e cadeiras não se adaptam às dimensões de todos os usuários;

A **biblioteca**, nos três Institutos, possui espaço suficiente para circulação de uma pessoa em cadeira de rodas, porém as mesas de estudos ou de computador não estão livres de obstáculos (como pés e gaveteiros) o que impede sua aproximação. O cadeirante tem pouco acesso às prateleiras de livros. O balcão de empréstimo é alto e não possui recuo para pernas, dificultando o atendimento ao cadeirante.

Quanto ao **auditório**, nos três Institutos, não há contraste entre o piso e paredes. Há batentes entre os corredores de acesso e as fileiras onde ficam as cadeiras. Não há espaço reservado para o cadeirante e não há rampa para que este acesse o palco.

Quanto aos **sanitários**, o IFBA Eunápolis possui apenas um box dimensionado para acesso a pessoas em cadeira de rodas, com barras de apoio. Os demais sanitários não atendem a NBR9050/2004 nem mesmo para quem não é portador de deficiência. No IFBA Vitória da Conquista não há sanitário para cadeirante e os sanitários existentes são semelhantes aos do IFBA Eunápolis. No IFBA Ilhéus há pelo menos 3 sanitários específicos para cadeirante construídos de acordo com a NBR9050/2004, mas estes permanecem fechados e são abertos somente quando há cadeirantes no campus. Os demais sanitários são amplos e confortáveis.

O último ambiente analisado foi a **quadra de esportes**. Observou-se que os três Institutos não possuem rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra. Não existe piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, arquibancada, sanitários e vestiários.

Verifica-se que a realidade quanto à acessibilidade arquitetônica ao portador de deficiência no IFBA Eunápolis, IFBA Vitória da Conquista e IFBA Ilhéus é similar a de outras instituições de ensino brasileiras e caracteriza-se pela predominância da inacessibilidade. E diante da Legislação vigente, da Normatização Técnica existente, dos manuais para promoção da acessibilidade arquitetônica desenvolvidos e disponibilizados pelo Governo Federal, por que isso acontece?

De acordo com Cohen (1998, p. 1-2) “existe nas sociedades uma divisão entre o que é “normal” e “anormal”, entre “comum” e “incomum”, entre “iguais” e “diferentes”. Esta divisão acaba por colocar coisas e pessoas normais de um lado e de outro tudo que diverge das expectativas da sociedade ou foge a esta regra: o anormal, o patológico e o que é diferente”. Dessa forma, a

sociedade transforma a deficiência numa doença crônica, num peso, um problema (MACIEL, 2000), pois tudo que foge ao “normal” deve ser regularizado, esquadrinhado, moldado (FOUCAULT, 2011) ou excluído. Embutido nesse processo está o “ignorar” consciente/inconsciente daquilo que foge ao padrão normalizado como ideal. Sendo assim, é comum ouvir de usuários de espaços, sejam urbanos ou edificados: “piso tátil, para quê? Quase não há cegos por aqui!” Ou ainda: “o banheiro para cadeirante virou um depósito para materiais de limpeza, porque pessoas que usam cadeira de rodas não vêm aqui”.

Mas tanto o deficiente visual quanto o portador de mobilidade reduzida não frequentam tais espaços porque estes não estão acessíveis! Além disso, aquele que não é portador de deficiência hoje se recusa a compreender que ele poderá vir a ser um portador de deficiência amanhã e se tornar o “patológico” a ser excluído. Somado a esse contexto, estão as dificuldades projetuais e financeiras para executar as adequações arquitetônicas necessárias à acessibilidade, principalmente quando se trata de Instituições públicas. Logo, no momento de utilizar recursos financeiros para construção de uma nova edificação ou reforma de edificações existentes, a adequação para acessibilidade raramente é incluída e prioritária.

Considerações finais

Apesar da existência de tantos instrumentos para materialização da acessibilidade arquitetônica aos portadores de deficiência, tais como a Legislação, Políticas Públicas de Inclusão; Manuais de orientação, para projeto de novas edificações e adequações de espaços existentes, elaborados pelo Governo Federal, assim como a Normatização Técnica (NBR9050/2004), a acessibilidade a espaços urbanos e edificados no Brasil ainda é incipiente.

Isso ocorre porque o portador de deficiência é algo que foge ao “normal”, ao padrão de ser humano idealizado pela sociedade, logo é consciente/ inconscientemente ignorado, excluído. Os resultados da pesquisa, que resultaram no presente artigo, corroboram os resultados de outras pesquisas e retratam uma triste realidade: a inacessibilidade e consequente exclusão dos portadores de deficiência nas escolas brasileiras.

Mas, o processo de sensibilização quanto à acessibilidade arquitetônica aos portadores de deficiência ao ambiente escolar não é impossível, dentre os IFBAs analisados, o IFBA Eunápolis (de onde partiu o projeto de pesquisa que resultou no presente artigo), com base nos resultados obtidos, elaborou os projetos arquitetônicos de reforma dos banheiros para os portadores de mobilidade reduzida e de acesso ao campus e, o projeto de acessibilidade para portadores de baixa visão e deficiência visual. Os projetos tem previsão de execução para os anos de 2015 e 2016; estão disponíveis para consulta e podem ser adaptados aos demais Institutos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

BLATT, N. **Territórios de Identidade no Estado da Bahia**: uma análise crítica da regionalização implantada pela estrutura governamental para definição de políticas públicas, a partir da perspectiva do desenvolvimento regional. Universitat de Barcelona, Barcelona, 2010, p. 1-34.

Disponível: www.ub.edu/medame/foro_ptdr/M2/NBLATT.pdf. Acesso em 21, fev. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.048 de 08 de novembro de 2000. Atendimento às pessoas com deficiência pelas empresas públicas de transporte e concessionárias de transporte coletivo. Distrito Federal: **Diário Oficial da União**, 08 nov. 2000.

BRASIL. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Distrito Federal: **Diário Oficial da União**, 20 dez. 2000.

BRASIL. Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Distrito Federal: **Diário Oficial da União**, 20, dez. 1999.

BRASIL. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1988. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Distrito Federal: **Diário Oficial da União**, 24, out. 1988.

RBUMER, A.; PAVEI, K.; MOCELIN, D. G. Saindo da “escuridão”: perspectiva da inclusão social, econômica, cultura e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. **Revista Sociologias**, nº 11, 2004, p. 300-327.

DUARTE, C. R. de S.; COHEN, R. Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental. In: **Anais NUTAU 2006**: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo, USP: 2006, p. 1-12.

CALADO, G. C. **Acessibilidade no ambiente escolar**: reflexões com base no estudo de duas escolas municipais de Natal-RN. 2006. 191p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

COHEN, R. Estratégias para a promoção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. **Direitos Humanos no Século XXI**, 1998. p. 1 - 18. Disponível: <http://www.asdef.com.br/innova/assets/artigos/direitos013.pdf>. Acesso em: 20, out. 2014.

COSTA, S. K; BONGESTAB, M. V. R. Arquitetura, sustentabilidade e práticas de ensino e aprendizagem: diagnóstico do espaço construído dos Institutos Federais da Bahia. **Revista Pindorama**, nº 5, 2014, p. 25-43.

COSTA, S. K.; SILVA JUNIOR, M. F. da. Dispositivos Políticos, aspectos arquitetônicos de instituições de ensino e formas de inclusão exclusão social na territorialidade sul baiana. **Revista Oculum Ensaios**, v. 11; n. 1; 2014, p. 97-117.

DISCHINGER, M.; ELY, V.H.M.B.; PIARDI, S.M.D.G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2012.

DISCHINGER, M.; ELY, V.H.M.B.; BORGES, M.M.F.C. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: o direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

FEIJÓ, A. R. A. **O direito constitucional da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. 2009, p. 1-18.

Disponível: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32588-39795-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 39ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, 2000; p. 51-56.

PAULINO, V. C.; CORREA, P. M.; MANZINI, E. J. Um estudo sobre a acessibilidade física em nove escolas municipais do ensino fundamental de uma cidade do interior paulista. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 8; n. 1; 2008; p. 59-74.

TAGLIARI, C.; TRÊS, F.; OLIVEIRA, S. G. de. Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **Revista Neurociências**, v. 1; n. 1, 2006, p. 10-14.

VIZIOLI, S. H. T.; PERES, P. T. O direito de ir e vir: acessibilidade dos espaços de circulação do centro de São Paulo. **Revista eletrônica Ética e Cidadania**, São Paulo, 2006, p. 185-197.

Disponível: http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes__artigos/vizioli_peres_14.pdf. Acesso em 20, out. 2014.